

Helena: um estudo de caso acerca da propriedade e apropriação no uso dos nomes próprios na Grécia antiga

Celso Vieira
Miriam Campolina Diniz Peixoto
UFMG

RESUMO: A partir da ampliação da aplicação dos conceitos atuais de intensão e extensão dos termos linguísticos, o artigo tenta compreender algumas estratégias dos gregos antigos na utilização dos nomes próprios. O paradigma escolhido foi o tratamento dado ao nome de Helena por Ésquilo no *Agamenon*, por Górgias no *Elogio à Helena* e por Eurípides na peça *Helena*. Além destes autores, a investigação se orientou pelas reflexões de natureza especulativa acerca dos nomes encontrados principalmente no *Crátilo* de Platão, mas, também, em Aristóteles, na *Retórica*. O resultado de um estudo comparativo destes textos apontou para a riqueza de um tratamento mais indistinto dado a um nome próprio que leva em consideração não só o seu referente, mas, também, os seus conteúdos descritivos. Esta indistinção, que permite a exploração de várias possibilidades de interação entre referentes e descrições, revelou-se uma fonte rica para a criação de um discurso persuasivo.

PALAVRAS-CHAVE: Nome próprio – Helena. Ésquilo – *Agamenon*. Górgias – *Elogio à Helena*. Eurípides – *Helena*.

ABSTRACT: The concepts of intension and extension are used today to define the linguistic terms. In this paper they had their application extended in an attempt to understand how the ancient Greeks dealt with proper names. As a paradigm it

was chosen Helen's name in its use by Aeschylus in *Agamemnon*, Gorgias in the *Helen's eulogy* and Euripides in *Helen*. The investigation also took on account more theoretical reflections on the names, mainly in Plato's *Cratylus* but also in Aristotle. The result of a comparative study of these texts pointed out the richness of an indistinct treatment to proper names in which not only their referent is taken on account but also its descriptive content. With such an indistinct treatment the authors are allowed to explore a lot of possibilities of interaction between the referents and the descriptions in constructing a persuasive discourse.

KEYWORDS: Proper Name – Helen. Aeschylus – *Agamemnon*. Gorgias – *Helen's eulogy*. Euripides – *Helen*.

Introdução

Atualmente, na filosofia da linguagem, os termos linguísticos são distinguidos, quanto ao seu valor semântico, em singulares e gerais. Um termo singular tem a função de se referir a indivíduos singulares – este é o caso de um nome. Já um termo geral tem a função de informar sobre as propriedades de indivíduos, assim como um predicado, motivo pelo qual ele é analisado a partir de sua extensão e intensão. Extensão se refere ao conjunto de indivíduos ao qual um termo se refere e intensão concerne à propriedade ou característica desses indivíduos expressa pelo termo. É a partir desses conceitos contemporâneos que se tentará identificar algumas características do uso do nome nos textos gregos antigos, não com o intuito de encontrar neles alguma antecipação deste tipo de perspectiva própria às teorias contemporâneas da linguagem, mas sim de aplicá-la como uma ferramenta que permite avançar ainda mais na compreensão de textos que já foram objetos de várias interpretações. Para tanto é preciso ter sempre em mente que aquilo que atualmente se encontra sistematizado quanto aos conceitos em elaboração na antiguidade mostram que eram tratados de forma mais ampla e vaga, o que não representa por si só um problema, já

que, como se verá, a riqueza da reflexão acerca da linguagem entre os autores antigos reside muitas vezes justamente nas possibilidades de usos fornecidas por essa indefinição de tratamento.

Um exemplo desta diferença de tratamento é o caso do nome próprio ao qual, segundo a distinção contemporânea, não se aplicariam os conceitos de extensão e intensão por se tratar de um termo singular. Neste quadro, em se tratando de um nome e não de um predicado, a palavra funcionaria apenas como um referente sem a capacidade de expressar alguma sua característica ou propriedade. Visto como um termo singular, o nome Orestes funcionaria apenas para fazer referência a um determinado indivíduo, por exemplo, o filho de Clitêmnestra e Agamenon, sem a capacidade de indicar nenhuma outra propriedade do referente nomeado. Porém, este não parece ter sido o tratamento dado pelos gregos antigos aos nomes, como testemunha, entre outros textos, o *Crátilo* de Platão. Neste texto fica evidente que era um procedimento comum avaliar a correção de um nome próprio recorrendo a uma propriedade ou característica do indivíduo nomeado indicada pelas raízes etimológicas que constituem o seu nome. Nesta perspectiva, um nome próprio expressa uma característica, tornando-se assim passível de possuir uma intensão. Em um trecho do *Crátilo*, Sócrates trata do nome Orestes e ilustra esta situação: “Como também o (nome) de Orestes (Ὀρέστης) arrisca ser correto, tenha sido esse nome para ele atribuído por algum acaso ou por algum poeta, pois pelo nome é demonstrado o que de ferino, selvagem e de agreste (ὀρεινόν) era da sua própria natureza” (394e)¹. Assim, o nome Orestes,

¹ Ainda convém destacar nesta passagem, como fonte de comparação com a investigação que se seguirá, que os responsáveis pela correção do nome de Orestes que revela sua natureza agreste é são ou a sorte ou o poeta. Outros textos trarão ainda a possibilidade da correção do nome ter origem divina.

além de se referir a um indivíduo, o filho de Agamenon e Clitemnestra, também possui uma intensão já que expressa uma característica da pessoa a quem ele se refere, a de ser agreste.

Antes de prosseguir, convém esclarecer que a presente delimitação no tratamento do assunto aos gregos antigos é feita aqui apenas por ser este o objeto do artigo, uma vez que, como atestam inúmeros textos, várias outras culturas também parecem ter levado em consideração o valor informativo dos nomes próprios. Bronkhorst trata desta questão ao diferenciar a etimologia semântica da etimologia histórica: “As etimologias semânticas devem ser distinguidas das etimologias históricas. Uma etimologia histórica apresenta a origem ou a história de uma palavra. Etimologias semânticas fazem algo completamente diferente. Elas conectam uma palavra com uma ou mais palavras que, se acredita, elucidem seu significado. Etimologias semânticas são praticamente universais em culturas pré-modernas, e existem tratados em algumas culturas – como o *Nirukta* de Yaska na Índia antiga, o *Crátilo* de Platão na Grécia antiga – que lidam especificamente com ela” (BRONKHORST, 2001, p. 147). Neste artigo o termo etimologia é utilizado sem um qualificador, ainda que esteja em questão algo mais próximo do que Bronkhorst chama de etimologia semântica, e outros chamam de paraetimologia ou etimologia popular. Além disso, a postura de se considerar o significado dos nomes em relação às pessoas que eles nomeiam nem sequer deve ser limitada às culturas pré-modernas já que ainda hoje ela é tomada por operante, mesmo em um contexto de pesquisa científica, como um tendência humana. A pesquisa de Pelham, a que se recorrerá em alguns momentos deste artigo, é um exemplo. De acordo com o autor, “os estudos 7-10 sugeriram que as pessoas escolhem, desproporcionalmente, carreiras cujas denominações se assemelham aos seus nomes. (por exemplo, há uma ocorrência acima da média de pessoas que se chamam Denis

ou Denise entre os dentistas)” (PELHAM; MIRENBERG; JONES, 2002, p. 469). De forma que o conteúdo descritivo de um nome, inclusive um nome próprio, parece sim ser operante ainda nos dias de hoje.

A função explicativa das etimologias

Nos dias de hoje, ao se pensar em um nome embasado na percepção (mesmo ilusória) que ele provoca nas pessoas, não pode se ignorar o fato de que ao se aplicar uma intensão a um nome próprio este passa a ter um conteúdo descritivo, ou seja, a característica ou propriedade que se encontra nele expressa apresenta, de alguma forma, uma descrição do seu referente. Este é o principal problema da aplicação da intensão a um nome próprio segundo a filosofia da linguagem contemporânea já que o preço pago por um nome cumprir tal exigência seria o de enfraquecer sua função principal que seria simplesmente a de referir. Um exemplo da postura atual utilizada na crítica ao *Crátilo* encontramos em Robinson. Para este autor, “quando nos damos conta que referência é diferente de descrição, e que a função de um nome não é descrever mas referir, o fato de buscar esclarecimento nas etimologias perde o sentido”, e “qualquer descrição sugerida por um nome é irrelevante” (ROBINSON, 1956, p. 335). Porém, se não só existe uma busca por esclarecimento na interpretação de um nome, como esta, mesmo que seja vã ou ilusória, interfere na nossa percepção tanto do nome quanto da coisa nomeada, ela parece ser digna de ser levada em consideração. Em verdade, na necessidade mesma de mostrar que nós devíamos nos dar conta de que um nome não deve descrever fica evidente que o que fazemos, em geral, é considerar o conteúdo descritivo de um nome.

Assim o fato de que um falante – não só na Grécia antiga! – normalmente tender a considerar o valor descritivo dos nomes ao utilizá-los, já serve para legitimar um uso consciente desta capacidade reconhecida em um nome em sua relação com o seu referente.

Neste quadro, a explicação de uma coisa mediante a etimologia do seu nome é um meio, se não logicamente verdadeiro, pelo menos persuasivo, para convencer da veracidade de uma característica ou propriedade daquilo que ele nomeia. Isto gera uma situação em que o nome para funcionar não precisa ter intensão, embora a aplicação de uma intensão legitime seu funcionamento.

Um exemplo desta posição atuante – mas não necessária – da explicação de um nome pelo conteúdo descritivo de sua etimologia acontece em várias definições que, utilizadas no dia a dia, podem obter um maior ou menor grau de sucesso. Pode-se pensar, por um lado, na explicação razoável da “esquizofrenia” como a “separação da pessoa” e, por outro lado, o quão cômico seria explicar o que é “ginástica” através da mesma estratégia, já que a palavra contém a raiz “*gymn-*” que significa “nu”. No caso dos nomes próprios, por sua vez, é ainda mais fácil adotar uma postura cética frente ao seu conteúdo descritivo, mas, como assinala a pesquisa de Pelham, uma vez que este conteúdo interfere na realidade ele merece ser considerado. Como mostra Pelham,

Declarações do tipo ‘eu virei advogado por causa das associações positivas que eu tenho com a letra A’, ou ‘Eu aceitei um trabalho em Buffalo porque o meu primeiro nome começa com B’ simplesmente não aparecem na nossa lista de truísmos culturalmente aceitos para explicar porque as pessoas tomam decisões importantes nas suas vidas (NISBETT; WILSON, 1977). Apesar de considerarmos bem estabelecido que as pessoas às vezes sabem exatamente porque elas fazem o que fazem (QUATTRONE, 1985), a pesquisa apresentada aqui sugere que também existem vezes nas quais as pessoas não têm nenhuma pista” (PELHAM; MIRENBERG; JONES, 2002 p. 484).

Assim, se é mais provável que um Denis se torne um dentista, mesmo que ele ache que o conteúdo descritivo do seu nome não interferiu em nada na escolha da sua carreira, seria possível considerar o caso de uma interferência inconsciente.

A atitude de Aristóteles é instrutiva para pensar esta questão a partir do ponto de vista dos antigos. No *De interpretatione*, ele declara que um nome não depende de seu conteúdo descritivo: “Um nome é um som que tem significado por convenção... Apenas demonstrar uma coisa não constitui um nome. Sons inarticulados demonstram algo, por exemplo, os sons dos animais, mas nenhum deles é um nome” (*De interp.* 16 a 19-29). Porém, ao longo de sua obra, ele abusa de explicações etimológicas decompondo as raízes de um nome para demonstrar características de seu referente, como acontece, por exemplo, na *Ética a Nicômaco*: “foi assim que a *sophrosyne* ganhou seu nome (*prosagoreuomen tõi onomati*), pois ela preserva (*sôzousan*) a sabedoria (*tên phronêsin*)” (*Eth. Nicom.* 1140 b 11-12). Uma solução para se entender este comportamento aparentemente contraditório estaria na *Retórica*, onde ele diz que “um argumento baseado em conhecimento demanda instrução, e existem pessoas as quais não se pode instruir, neste caso devemos utilizar como modos de persuasão e argumento noções que todos possuem” (*Rhet.* 1.12). Então, se um bom discurso é aquele que, por ser adequado ao seu público, obtém sucesso em comunicar, as explicações etimológicas podem até não servirem para compreender os seus referentes, mas como elas convencem o público em geral nada impede de se utilizá-las ao se escrever uma ética que será lida por não especialistas².

² Parece que a postura de Platão em relação às etimologias é similar, já que no *Crátilo* ele as critica como um meio de se aprender sobre as coisas, porém, em outros diálogos as oferece como explicação. Cf. *Crátilo* 439 b: “não se deve aprender e investigar a partir dos nomes, mas antes a partir das coisas mesmas”.

Em uma perspectiva que considera o valor descritivo dos nomes como uma tendência humana, e não apenas como uma prerrogativa dos antigos, o tratamento indistinto dado por esses aos nomes e às etimologias, à sua intensão e extensão, parece ser bastante instrutivo. Voltando a focalizar os nomes próprios, nota-se que existem diferentes atitudes em relação à sua extensão e intensão de acordo com o que o autor de um texto pretendia ao utilizar um nome. Um caso comum na antiguidade é aquele que se observa quando um autor se serve de um mito tradicional, com o qual, entre outras coisas, já recebe os nomes das personagens prontos. Nessa situação, ao recorrer a uma tradição precedente, quem trabalha com um texto deve, por um lado, manter inalterados os elementos de maior amplitude já conhecidos de todo um público (e nada é mais fixo do que os nomes), e, por outro lado, deve buscar apresentá-los de maneira particular, sendo esse o espaço em que tem lugar a intervenção do autor³. Desta forma, ainda que tenha que trabalhar com um nome que não foi criado por ele, um autor ficaria satisfeito com a possibilidade de interferir na sua intensão ou extensão para legitimar o seu texto. Para se verificar as diferentes atitudes que propiciariam a satisfação deste desejo será utilizado como paradigma um mesmo nome, com um mesmo referente, mas que, como se verá, de acordo com a opção do autor recebe características diferentes através da exploração da intensão e extensão a ele aplicadas. Convém ressaltar que neste caso o que importa não é

³ Segundo Wismann, “a presença preponderante de elementos tradicionais, e até genéricos, não deve mascarar o fato que um texto só atinge o estatuto de obra em virtude de uma intervenção suficientemente livre para reorganizar o material transmitido e conferir a ele assim um efeito incomparável” (BLAISE, COMBE, ROUSSEAU, 1997, p. 16). Sem precisar discutir o estatuto de obra ou não, o objetivo aqui será o de identificar os usos que os autores fazem dos nomes tradicionais em relação às características tradicionalmente aplicadas aos seus referentes.

sua verificação em relação ao que aconteceu na realidade, mas antes a conveniência da descrição da característica de um referente encontrada no seu nome na coerência interna do texto.

Helena no *Agamenon* de Ésquilo

O nome a ser analisado é o de Helena, cujo referente tradicionalmente é julgado como culpado por ter sido a causa da guerra de Tróia. Uma versão condizente com este retrato negativo de Helena é apresentada por Ésquilo no coro à Helena do *Agamenon*. Aqui o autor, valendo-se da intensão do nome próprio que indicaria uma propriedade da coisa nomeada expressa em sua etimologia, confirma a tradição de condenar a mulher por ter provocado a guerra na qual se perderam tantos homens e bens. Para tanto, o nome ‘Helena’ (Ἑλένα⁴) é transformado em um predicado através da criação de um neologismo, ‘Aliena-naus’ (ἑλένας), composto de ‘ἔλειν’ (aoristo 2 de ‘αἰρέω: tirar, privar, sequestrar’, aqui traduzido por ‘alienar’) e ‘ναῦς’ (‘nau, embarcação’). A etimologia, que seria historicamente falsa, se embasa na semelhança para se provar convincente. Como se verá durante a análise dos outros exemplos, a estratégia da semelhança é tão eficaz na persuasão do público que vai chegar a ser problematizada por outros autores através da diferenciação entre aparência e realidade.

Já no prólogo do *Agamenon*, Ésquilo faz o vigia (φύλαξ) explicar sua estratégia discursiva: “assim, deliberadamente, eu / anuncio aos entendidos e escapo aos não entendidos.” (vv. 38-39). Uma tal declaração parece afirmar que o texto é construído de maneira deliberada com dois níveis de compreensão, um usual e um outro, mais profun-

⁴ Ésquilo usa ainda o acusativo singular em alfa, que não é corrente, em uma atitude que pode legitimar a suposição de que o faz com o intuito de acentuar a semelhança.

do, que depende de algum tipo de interpretação para ser acessado. Como afirma Hogan, “sua função (do vigia) mais importante é (...) estabelecer por metáforas e imagens os temas e motivos que vão pervadir a trilogia⁵” (HOGAN, 1985, p. 30). O caso do predicado ‘aliena naus’ seria similar ao do prólogo já que, através de uma semelhança percebida no nome Helena, ele explica o destino do nomeado demonstrando uma das estratégias de enunciação de um segundo nível, que ele utiliza e só é acessível aos entendidos. Por se tratar da identificação da expressão de uma propriedade ou característica do nomeado no nome, esta estratégia pode ser caracterizada como intensional.

Nesta perspectiva, o prólogo de uma peça é como um nome próprio de uma pessoa que, se bem colocado, oferece a oportunidade a quem consegue ler o que está expresso na sua intensão – o seu segundo nível –, a oportunidade de compreender antecipadamente uma característica ou propriedade que define o seu referente, no caso do nome a pessoa (ou a personagem), no caso do prólogo a peça. Deste modo, um autor tem a possibilidade de intervir em favor da coerência interna do seu texto, mesmo se baseando em um mito tradicional, através da inserção, seja de um prólogo proclamado por uma personagem criada e inserida por ele (que nem sequer apareceria nas versões tradicionais do mito, pois nem mesmo na peça ele reaparece), seja de um predicado forjado a partir da derivação do nome de uma personagem tradicional de uma determinada raiz que acaba revelando como o seu referente será caracterizado pelo autor.

⁵ É interessante notar, também, que quando o poeta insere personagens que não pertencem à tradição, como o vigia e os mensageiros, ele não os nomeia, mas apenas predica através do adjetivo uma propriedade geral que os define, a saber, a função que exercem na peça, vigiar ou dar uma mensagem. Esta atitude pode ser comparada com aquela de Platão ao nomear suas personagens fictícias por meio de paráfrases descritivas como o ‘cidadão ateniense’ ou o ‘estrangeiro de Eléia’, as quais serão objeto de análise mais adiante.

A atitude deliberada de se escrever um discurso com dois níveis, associada ao uso da semelhança para indicar a interpretação em segundo nível do conteúdo descritivo de um nome próprio, permite voltar ao contexto em que a etimologia de Helena é proposta para melhor entendê-lo. Ésquilo reforça a legitimidade do seu neologismo revelador atentando para uma não arbitrariedade da linguagem ao trazer em um nome o futuro do nomeado quando faz o coro dizer as palavras seguintes: “Quem então nomeou assim,/ nisto tão autêntico,/ com presciência do porvir, senão aquele a quem não vemos/ quando atribuímos a linguagem ao azar?/ E àquela que o armado esposo busca, disputada/ Helena (Ἑλέναν) foi propício pois/ (ela) Aliena naus (ἑλένας), aliena homens (ἑλανδρος), aliena vilas (ἑλέπολις)”. (v. 681 e sq.).

Primeiramente, convém procurar um referente para o descrito na frase “aquele a quem não vemos”. Além de não estar visível, sua característica reside na capacidade de nomear de forma “autêntica” e com “presciência do porvir”. No caso de uma peça de teatro, o autor do texto não está visível durante sua encenação⁶, mas “atua” com autenticidade e presciência do porvir, já que é ele quem compõe a trama. Porém, o problema é que não é ele quem nomeia, uma vez que ele já recebeu o nome Helena da tradição. Deste modo a referência parece ser mais de ordem externa, aludindo a uma divindade (que como tal é invisível aos humanos e tem presciência do seu porvir) que esconde nos nomes o destino dos humanos, do que interna, ou seja, a um autor que esconde no nome o destino de suas personagens. Ésquilo parece então defender, ou pelo menos endossar, por um lado, a posição segundo a qual o conteúdo descritivo dos nomes que não

⁶ Mesmo se o poeta atua, como fizeram o próprio Ésquilo e Sófocles, está ausente por causa do distanciamento causado pelo uso da máscara.

é arbitrário esconde informações reveladoras sobre os nomeados⁷ e, por outro lado, ele mostra que no que se refere ao contexto interno de seu texto ele utiliza esta crença endossada de maneira consciente ao comprovar essa prescrição através de uma “póscrição”, na medida em que, nesse caso, a característica de Helena é revelada a partir de um neologismo criado por ele para confirmar a tradição⁸. De modo que parece legítimo ver na figura do autor um demiurgo, se não de nomes (já que estes em sua maioria são tomados da tradição), pelo menos de predicados intensionais concebidos a partir da etimologia dos nomes. A criação destes predicados seria um artifício através do qual os autores, propondo a leitura de um conteúdo descritivo de um nome tradicional, legitimariam a sua versão do mito como verossímil na medida em que é baseada em uma interpretação de segundo nível de um nome cujo estabelecimento não teria sido arbitrário.

Para entender esta relação é interessante compará-la com aquela feita no *Crátilo* por Platão entre quem cria ou estabelece um nome, o *nomotheta*, e quem o utiliza, o dialético. Em 390b e sq., usando um *topos* recorrente nos diálogos platônicos, Sócrates faz seu interlocutor aceitar que, assim como quem usa uma agulha é melhor do que quem a fabrica para julgar se ela é boa ou ruim, também quem usa um nome, o dialético (ou o poeta), é melhor do que quem o cria para

⁷ No caso de Ésquilo, como também se verá no caso de Eurípides, é difícil determinar o quanto se acreditava no papel dos deuses como criadores de sinais deixados nos nomes ou em outros lugares. Clitemnestra (incorrendo em *hybris?*) em 275 e sq., por exemplo, em oposição ao coro de velhos, (que representa de forma negativa a tradição) ironiza quem, com atitude pueril, se fia em sinais dos sonhos (divinos), ao contrário dela que lê os sinais humanos, representado pelo fogo que anuncia a queda de Tróia.

⁸ Como se verá mais adiante em Eurípides, a ligação entre os poderes dos deuses em relação ao mundo e os do dramaturgo em relação ao drama, apesar de não ser explícita, não é exclusividade de Ésquilo.

julgá-lo. Nesta perspectiva, a interpretação etimológica poderia ser inclusive um dos fatores úteis para uma diferenciação da excelência entre um poeta e outro. Ao usar os nomes, os mesmos nomes criados por quem quer que seja (com poder divino ou não), e, apesar disso, afirmar o caráter de seus referentes através da proposição de algum conteúdo descritivo criado a partir de uma etimologia proposta para a palavra, cada poeta, assim como cada tecelão, que usando uma mesma agulha pode tecer pontos mais firmes ou frouxos, teria espaço criativo para amarrar sua trama de maneira mais, ou menos, coerente.

A justificativa para a exploração do conteúdo descritivo dos nomes depende do fato de que as pessoas, independente disso ser logicamente válido ou não, ao escutarem um nome tendem a associá-lo com algum predicado explicativo construído a partir de raízes encontradas na palavra. Portanto, também o sucesso de se explorar esta tendência humana depende da explicação proposta para um nome gerar alguma convicção em quem o escuta. Assim, a proposição de leitura de um nome que parecer aos ouvintes forjada a ponto deles não aderirem à ideia de que ela revela o destino escondido da personagem perde toda a força. Um enfraquecimento parecido pode acontecer ainda *a posteriori*, caso uma outra leitura etimológica seja mais convincente do que a anterior. Neste quadro não fica difícil pensar em um contexto em que o excesso de propostas de leituras etimológicas acabe por enfraquecer não só o valor de um nome específico, mas principalmente a estratégia de explicitação de um conteúdo descritivo como explicação de um referente. De que os antigos tinham consciência desta possibilidade constitui prova, mais uma vez, uma passagem do *Crátilo* na qual Sócrates problematiza o tema: “mas ao se admitir (a possibilidade) de crescer ou retirar tudo que se quer dos nomes, grande será a facilidade com que qualquer um conseguirá adaptar todo nome a toda coisa” (414 d). Ou seja, uma vez que a

ferramenta de quem trabalha com os nomes acaba permitindo um numero excessivo de alterações, a técnica acaba perdendo em legitimidade. Mais uma vez, em se tratando de uma perspectiva indistinta o bastante para comportar alterações sem abandonar por completo o que era vigente, como aquela do senso comum em relação à percepção dos nomes, pode-se esperar que surjam novas estratégias de persuasão a partir dos nomes que não usem explicitamente a explicação através da proposição de conteúdos descritivos, mas que ainda mantenham a semelhança, ainda que implícita, como um fator comprovador de coerência. Os dois casos analisados na sequência parecem se valer de uma tal atitude ambígua.

Helena no *Elogio à Helena de Górgias*

Uma vez que a intervenção do autor funciona para corroborar a tradição, como a má fama de Helena por ter provocado a guerra de Troia no caso examinado acima, surge também a possibilidade de revisar a opinião tradicional ou através de uma estratégia similar ou a partir de uma nova estratégia que mostraria as falhas da anterior. O que acontece no caso dos antigos é que as duas opções de refutação são usadas em um mesmo texto sem nenhum problema. Utiliza-se a semelhança de forma mais sutil ao mesmo tempo em que se critica o fato de buscar uma explicação para o referente em seu nome. Um exemplo de uma atitude que tenta apresentar uma outra característica para a mesma personagem, Helena, ao trabalhar com uma outra derivação na intensão do seu nome através da semelhança, sem, no entanto, se embasar na criação de um predicado descritivo que revelaria o destino da personagem, é o *Elogio à Helena* de Górgias. Neste texto, o filósofo, sem tocar na versão mais tradicional do mito, tenta inverter a perspectiva de julgamento da personagem convidando seu público a vê-la como vítima. Em defesa dela, ele diz no parágrafo 7: “quanto à

que foi violentada, retirada da pátria e privada dos amigos, porque não há de ser mais razoável termos clemência (ελεηθῆσομαι, verbo que vem de ἔλεος ‘clemência’) dela ao invés de a difamarmos?” Ao se comparar essa passagem com aquela de Ésquilo examinada acima a inversão de perspectiva é evidente. Helena não é mais quem aliena naus, homens e vilas mas sim quem é privada da sua autonomia, da sua pátria e de seus amigos. E se poderia ir ainda mais além ao se aceitar algo que funcionaria como um argumento etimológico *ex silentio*, supondo que a escolha do filósofo de utilizar o verbo ‘στερέω’ (‘privar, retirar’) na passiva ao invés de ‘έλεῖν’ (‘pegar, sequestrar, alienar’), como fez Ésquilo, tenha sido feita deliberadamente com o intuito de mostrar que Helena foi vítima passiva e não causa de uma privação.

Górgias, porém, vai além da mera omissão do enfoque intensional em relação ao nome de Helena, já que, retomando em alguma medida os temas, já vistos em Ésquilo, da invisibilidade e divindade relacionadas ao discurso. No parágrafo 8 ele diz: “o discurso é um senhor soberano que, com um corpo diminuto e quase imperceptível leva a termo ações divinas, pois ele pode pausar o medo, retirar a dor, produzir prazer e aumentar a clemência (ἔλεος), e como isso assim acontece eu demonstro”. Nesta declaração, a sutileza do discurso que com um corpo imperceptível realiza ações divinas pode estar sendo não só declarada, mas também realizada (afinal de contas Górgias afirma que ele demonstra) através do uso de ἔλεος, a clemência, palavra que soa semelhante ao nome Helena e significa a atitude clemente que o autor espera que o público tenha diante da mulher injustiçada. Se esta interpretação for legítima, apesar de se utilizar também ela do recurso da semelhança, para o filósofo, ao contrário de Ésquilo, o poder do discurso não seria aquele de dizer mais aos iniciados que sabem interpretá-lo, mas antes o de, passando desapercibido (de maneira subliminar), provocar nas pessoas opiniões as

quais elas não teriam consciência de terem surgido a partir da sua exposição à sutileza do discurso.

Esta suposição parece legitimada quando se recorre ao contexto subsequente da passagem citada, mais precisamente aos parágrafos 10 e 11, nos quais a ação divina própria ao discurso consistiria em sua “força mágica” de levar “ao erro da opinião” baseada na impossibilidade do homem de conservar a “memória do passado”, a “noção do presente” e a “previsão do futuro”. Assim, para Górgias, a força do discurso opera sobre a limitação humana em relação ao espaço, pois os humanos são por ele atingidos sem se aperceberem, e em relação ao tempo, pois eles não conseguem experienciar de maneira correta o passado, o presente ou o futuro. Mais uma vez, aproximando esta postura daquela identificada em *Ésquilo*, nota-se que, neste caso, o discurso não esconde a previsão do porvir, mas antes, embora de modo sub-reptício, intervém no modo como os humanos se lembram das coisas que aconteceram, experienciam a realidade que se lhes apresenta e projetam o que está por vir. Pode-se, então, identificar em Górgias uma atitude similar àquela de Aristóteles que foi mencionada acima, na qual o uso da semelhança não acontece na tentativa de mostrar um poder divino de previsão, mas no fato de se valer do poder mágico de persuasão do discurso. Tentando pensá-la em termos atuais, esta postura se aproximaria daquela que constitui a premissa do estudo de Pelham segundo a qual os humanos são vítimas de não terem consciência da intervenção neles provocada pelo conteúdo descritivo dos nomes. Pelham escreve:

No entanto, nós suspeitamos que a pesquisa existente apenas começou a arranhar a superfície de como as associações implícitas das pessoas com elas mesmas influenciam os seus pensamentos e comportamentos (GREENWALD; BANAJI, 1995). Por sugerir que

as associações das pessoas com as letras dos seus nomes influenciam as decisões mais importantes nas suas vidas, os resultados apresentados aqui sugerem a possibilidade intrigante de que muitas rotas através das quais o conceito de si influencia o comportamento podem ser implícitas ou inconscientes (SPALDING; HARDIN, 1999)” (PELHAM; MIRENBERG; JONES, 2002, p. 484).

Neste sentido, qualquer esforço de explicação de um nome a partir da criação de um neologismo ou de um predicado descritivo põe termo à potência associativa de uma palavra em estabelecer associações com as outras, já que, para isso acontecer, é preciso que tal associação passe despercebidamente. A excelência discursiva neste caso não se coloca em termos da criação de uma boa explicação a partir da etimologia de um nome, mas antes em termos da criação de um ambiente, de um contexto que, ao envolver o nome, transforme o sentimento que provam os ouvintes ao escutá-lo. A associação de nomes a partir da semelhança, por exemplo, ao ouvir “Helena” pensar em “clemência”, seria apenas uma forma de fazer isso, e nem sequer seria a mais importante.

Para que a mudança de perspectiva aconteça de fato seria preciso visar não apenas as palavras, mas aquilo que provoca as palavras, a saber, as coisas, isso pelo menos no caso de Górgias, já que ele, no parágrafo 85 do *Tratado do não-ser*, declara que “a palavra se forma a partir das coisas exteriores que se apresentam diante de nós, isto é, dos objetos sensíveis” e, portanto, não é a palavra que “é reveladora da coisa exterior, mas a coisa exterior é que se torna indicativa da palavra”. A partir deste raciocínio, pode-se supor que a inversão de perspectiva em relação a Ésquilo não seja apenas relativa ao caso específico de Helena, mas também de ordem metodológica. Para Górgias não seria o caso que o nome revele uma característica ou

propriedade da coisa, mas, ao contrário, o modo como vemos a coisa é que nos levará a interpretação do nome. Neste caso, a extensão do nome, isto é a quem ele se refere, é que interfere na sua intensão, ou seja, a característica que ele indica. Este raciocínio se mostra coerente com a estratégia do filósofo no *Elogio à Helena* ao tentar gerar compaixão pelo referente do nome Helena sem propor explicitamente que esta atitude esteja prevista no conteúdo descritivo do seu nome. Por isso Górgias não se propõe a transformar explicitamente o nome “Helena” em um predicado do tipo “a que merece clemência”, o que seria contraditório em se tratando de sua posição no que concerne à linguagem. Como ele considera que a coisa nomeada tem proeminência na interpretação do nome, o que ele tenta fazer é demonstrar, através da sutileza do discurso, que Helena, independente da fama de seu nome, seria digna da clemência do público. Uma vez assumida a perspectiva de clemência por Helena é que, então, será possível ver no seu nome, não a culpa pela perda de naus, homens e vilas, mas antes a clemência merecida por alguém que fora privada de sua autonomia, de sua pátria e de seus amigos.

Contudo, uma vez que a extensão do nome, isto é o seu referente, ganha em importância na construção de um discurso persuasivo, sem que a intensão através da semelhança seja totalmente relegada como estratégia discursiva, surge a possibilidade de se utilizar a intensão de um nome para explicar o seu referente não em termos de uma característica particular, mas sim de uma propriedade geral. Essa, por sua vez, ao ser compartilhada pelo público, acabaria por reforçar as chances de identificação entre eles. Isso faria com que os ouvintes sentissem menos dificuldade em adotarem a perspectiva de uma personagem, mesmo sendo ela aquela pela qual eles geralmente não tenham o costume de sentir compaixão. O caso que se examinará a seguir ilustra bem esta possibilidade.

Helena, na *Helena* de Eurípides

A peça *Helena* de Eurípides apresenta um outro exemplo que valoriza mais a extensão, sem, no entanto, exigir uma separação ou abandono da intensão de um nome. Logo no prólogo, o poeta, também com o intuito de negar a tradição que condena Helena⁹, põe ela própria em cena dizendo as seguintes palavras: “e, não a mim, mas uma imagem semelhante inspirada em mim/ de nuvem ajuntada, deu para/ o filho do tirano Príamo, que aparenta me ter/ não tendo, vazia aparência [...] E dos Frígios à força sou prostrada, não eu,/ mas o nome, o meu, prêmio para os Helenos” (vv. 34 – 43). Nesta peça, a diferenciação entre ser e parecer que se torna célebre na filosofia a partir de Platão é, por se tratar de teatro, encenada de forma materializada. Para tanto primeiro Eurípides esvazia o próprio corpo da Helena sequestrada ao declarar que, apesar de se parecer com a Helena real, aquela seria uma imagem feita de nuvem. Desta forma ele acaba com a extensão do nome daquela que teria por propriedade a responsabilidade de ter causado a guerra de Troia, já que o nome da Helena culpada se refere ao vazio. Porém, como resta não só a aparência mas também o nome, que é o mesmo e portanto teria uma mesma intensão, isto não é suficiente para inocentá-la, já que todos seguem acreditando que ela é a culpada.

Ciente da profundidade deste problema Eurípides faz Helena desejar em 264 e sq.: “Ah se eu fosse apagada como uma pintura e de novo, pelo inverso,/ uma forma disforme ganhasse ao invés dessa

⁹ Como se trata de uma tradição que comporta várias versões de mitos o que Eurípides faz é escolher uma outra versão tradicional, mas, pode-se dizer, menos canônica, para inocentar Helena. Para um testemunho das duas posturas conferir Apolodoro *Epitomo* livro 3.1: “[3,1] Porém, mais tarde Alexandre, convencido por Zeus, sequestrou Helena, já que, desta maneira, sua filha se tornaria famosa por ter provocado uma guerra entre a Ásia e a Europa.” E 3.5: “No entanto, alguns afirmam que Hermes, por ordem de Zeus sequestrou Helena, a levou ao Egito e a entregou a Proteu, o rei dos egípcios. Enquanto Alexandre teria ido a Troia em companhia de uma imagem de Helena, feita de nuvens.”

bela./ E da sorte, a má, que agora tenho,/ os Helenos esquecessem, e outra, não má,/ sustentassem como de mim a má agora sustentam". Percebe-se, aqui, que Helena deseja alterar sua aparência para deixar de ser considerada culpada, de modo que, lendo as duas passagens em consonância, seria preciso mudar não apenas sua aparência física, para ela se desvincular daquela feita de nuvens, mas também o seu nome, para apagar a má fama que ele possui entre os gregos, ou melhor, entre os Helenos. Porém, apesar da personagem acreditar que a solução está na mudança da sua própria aparência, o autor parece ciente de que, justamente por se tratar de uma aparência, esta pode ser alterada sem que seu referente necessite de uma mudança. Para conseguir alterar a percepção que se tinha de Helena, Eurípides, ao invés de mudar, enfatiza o nome da personagem para provar sua conexão com o público. Para perceber isto é que se faz necessária a tradução literal do termo que se refere ao povo grego por 'Helenos', pois, é através dele que, também apelando para a legitimação pela semelhança, Eurípides tenta apresentar ao público uma característica de Helena que, se não a inocentaria pelo menos facilitaria o surgimento de um sentimento de compaixão nele. Desta maneira, sem precisar alterar o seu nome ou a sua aparência, elementos mais fixos na transmissão do mito, o poeta consegue construir um drama coerente acerca de uma personagem difamada.

A estratégia de Eurípides consiste em misturar intensão e extensão ao evidenciar, sempre por semelhança, a associação entre Helena e os Helenos, mostrando que o nome de Helena expressa em seu conteúdo descritivo como propriedade (intensão) do seu referente o fato dele estar contido no grupo dos Helenos (extensão), assim como o público espectador da tragédia. Em seu exercício de associação extensional entre referentes comprovado pela intensão de um nome, o poeta adota uma estratégia simples, direta e com apelo

ao caráter humano de seu público para que estes inocentem uma compatriota. Sua estratégia é bem diferente do esforço rebuscado de Ésquilo ao propor, através de um neologismo, uma predicação funesta à Helena que teria sido escondida no seu nome por alguma divindade. Convém notar que na comédia *As Rãs* de Aristófanes os dois poetas, Eurípides e Ésquilo, criticam um ao outro segundo as mesmas bases demonstradas acima. Eurípides ataca a grandiloquência de Ésquilo dizendo que “nada que ele dizia nunca era claro” (vv. 1067) enquanto Ésquilo critica as monodias de Eurípides, nos quais as personagens principais realizavam digressões sobre a peça, como seria o caso da fala de Helena na peça homônima. É curioso notar ainda que como na *Helena* de Eurípides a personagem atribui o azar do seu destino à sua beleza excessiva, o mesmo pode ser dito em relação à disputa acerca do estilo de linguagem entre a simplicidade defendida por Eurípides e a beleza sublime almejada por Ésquilo.

Para problematizar ainda mais a relação entre o papel da divindade e o papel do autor a partir da postura dos dois dramaturgos convém examinar, ainda, a fala final do coro com a qual Eurípides encerra cinco das suas tragédias que chegaram até nós. Nos versos finais das peças *Bacantes*, *Andrômaca*, *Medeia*, *Alceste* assim como na *Helena* se lê: “Muitas são as formas das divindades/ E muitas coisas inesperadamente fazem os deuses/ E as que pareciam não realizam/ Destas, como não parecia, conclui o deus/ E aqui tais se puseram em ação”. Com tal desfecho, o dramaturgo parece explicitar a analogia entre sua função no teatro e a função do deus na realidade. Em ambos os domínios, muitas coisas inesperadas acontecem assim como muitas coisas esperadas não acontecem. Um autor, ao usar palavras, as esvazia ou preenche de significados, tradicionais ou novos, do mesmo modo que faz Hermes com Helena na tragédia de Eurípides, criando um símile vazio e escondendo a verdadeira Helena de modo

a intervir na maneira como os acontecimentos se desenrolam. Se for válido mais um esforço de comparação entre a atitude de Ésquilo e a de Eurípides, pode-se dizer que ambos estão cientes de exercerem um papel que pode ser adjetivado de divino em relação à produção de seus textos, na medida em que eles têm o controle do desenrolar da trama. Uma destas estratégias consiste no uso da semelhança para indicar não só a intensão de um termo (Helena = aliena naus), mas também sua extensão (Helena = Helenos), mas com a diferença que Eurípides tenta mostrar ao público a artificialidade destas suas estratégias que, no entanto, apesar de funcionarem são passíveis de questionamento¹⁰.

Ao longo da tragédia de Eurípides aparecem algumas reflexões sobre a linguagem que parecem revelar a tentativa do dramaturgo de problematizá-la a partir de uma postura crítica. Primeiramente, a verdade de um discurso é questionada no conselho do corifeu: “Helena, não suponhas que o estranho que aqui veio, quem quer que fosse, tenha dito toda a verdade [...] pois também através de mentiras surge uma narrativa” (vv. 306-7, 309). Mais instrutivo ainda é o fato de que, uma vez admitida a possibilidade da mentira, esta não é condenada, mas sim passa a constituir mais um recurso no uso consciente da linguagem. É o que se depreende dos versos em que Menelau e Helena armam o ardil para escaparem do Egito: Helena: “Você aceita, mesmo não estando morto, que seja dito em palavras que você morreu?/ Menelau: “(É) um mau presságio, mas

¹⁰ O que não implica na atribuição a Ésquilo de uma atitude como aquela que Dodds atribuiu a Hesíodo: “Hesíodo tinha uma paixão por nomes, e quando ele pensava algum novo, ele não o olhava como algo que ele acabara de inventar, ele o ouvia, eu acho, como algo que a Musa tinha lhe dado, e ele sabia ou esperava que ele fosse ‘verdadeiro’. Ele de fato o interpretava em termos de um padrão de crença tradicional, um sentimento que foi compartilhado por vários autores mais tardios – o sentimento que o pensamento criativo não é o trabalho do ego” (DODDS, 1973, p. 81)

se é útil” (vv. 1050-51)¹¹. Nesta passagem, Menelau representa uma postura mais próxima àquela de Ésquilo, segundo a qual a linguagem tem alguma característica divina de interferência na realidade, já que dizer que se está morto, estando ainda vivo, traria um mau presságio. Porém, convencido por Helena, ele aceita a utilidade da mentira, da boa mentira, que é aquela que não só aparenta ser verdade como é justificada por provocar consequências positivas na realidade. Diante destas duas atitudes, convém ressaltar a diferença do tipo de suas respectivas intervenções na realidade. Em um caso, que pode se chamar dos poderes divinos da linguagem, um nome traz mau augúrio, ou tem em si a sinalização do destino da pessoa previsto por alguma divindade, no outro caso, no que poderia ser chamado dos poderes persuasivos da linguagem, a mentira engana os humanos ao fazê-los acreditarem em algo que embora seja falso parece ser verdadeiro.

Um exemplo que endossa a postura de usar uma mentira para se obterem resultados positivos fora do contexto de uma tragédia pode ser encontrado na *República* de Platão. Em 389 b, Sócrates diz que “uma mentira é inútil para os deuses, mas útil para os humanos como um tipo de droga”. Talvez seja assim que se deva ler o uso das explicações por etimologias forjadas em Platão e em Aristóteles, como mentiras que servem para persuadir em benefício de quem é persuadido. Assim também pode ser entendida a atitude de Górgias e Eurípides que apelam para um poder persuasivo da linguagem, mas sem utilizar, nos casos analisados, a explicação baseada em uma etimologia, ainda que eles não abandonem os artifícios válidos

¹¹ Que é inclusive o mesmo ardil utilizado na *Orestéia* de Ésquilo por Elécra e Orestes. Na peça de Ésquilo eles simulam com palavras a morte de Orestes para que este possa retornar ao seu palácio.

para as explicações etimológicas como a semelhança, a intensão e a extensão aplicadas aos nomes próprios.

Conclusão

Os gregos antigos realizaram suas reflexões sobre a linguagem tratando-a a partir do seu uso corriqueiro. Eles pareciam menos preocupados em encontrar as contradições deste uso, ou em normatizar sua forma ideal, do que em explorar suas possibilidades, muitas delas provenientes justamente de um uso que aceita a reunião de aspectos que podem carecer de fundamentação lógica. Sua abordagem do uso dos nomes, inclusive dos nomes próprios, desta maneira mais indistinta, não se preocupa em separar suas capacidades descritiva e referencial, ou em aplicar-lhes uma intensão e extensão. Desta maneira surgem possibilidades de uso que, explorando a perspectiva vaga com a qual comumente se interpreta um nome, acaba sendo efetiva na construção de um texto bem composto. O exemplo mais extremo deste uso indistinto talvez seja o de Eurípides ao usar a intensão de do nome próprio “Helena” a partir de seu caráter descritivo, algo que não seria aceito de um ponto de vista lógico atual, para identificar sua extensão com uma referência, não individual, como seria o caso de um nome próprio, mas sim plural, de um conjunto de indivíduos que se via como um grupo, os Helenos. Além disso, neste e em outros casos, não se observa a preocupação em explicitar esta associação para os ouvintes, fato que não os impediria de, talvez até inconscientemente, sofrerem seus efeitos. O fato de esta abordagem continuar operante nos dias de hoje, seja para quem produz ou para quem recebe um discurso – o que não retira a legitimidade de uma reflexão lógica em busca de uma determinação pertinente de um funcionamento ideal da linguagem – justifica o esforço para se entendê-la, tanto em uma perspectiva histórica quanto em uma perspectiva filosófica.

Por fim, no intuito de apontar possíveis direções para o desenrolar desta investigação, resta a assinalar dois efeitos que o uso das etimologias como explicação de seus referentes pode ter gerado no mundo antigo. O primeiro deles encontramos na comédia que, ao ampliar uma estratégia a ponto de fazer com que se pareça ridícula, acaba desempenhando um papel similar de crítica a uma interpretação etimológica das palavras, principalmente dos nomes próprios. Neste caso, ao atribuir um nome a uma personagem criada pelo autor e não a uma personagem tomada da tradição, é possível ao comediógrafo escolher de maneira explícita uma raiz etimológica que indique uma propriedade da personagem. As comédias de Aristófanes oferecem vários exemplos desta postura, como ocorre com o nome de Lysístrata na comédia homônima (λύω: ‘soltar, desamarrar, dissolver’ e στρατός: exército), o qual remete à sua propriedade, ou ao objetivo final na direção do qual se desenrola a peça. Segundo Kanavou,

Isto é certamente verdadeiro para os nomes das personagens principais, que são de longe os mais interessantes, pois eles são quase sempre ‘falantes’, frequentemente tendo algum tipo de som cômico bem como um propósito dramático: quase todos os heróis e heroínas aristofânicos programam atingir um objetivo comicamente fantástico, na maioria das vezes algo que é relevante por preocupações sociais e políticas de seu tempo, que é o elemento básico da trama e está expresso em seus nomes (cf. O nome de Lysístrata, que tem um plano fantástico que reflete a esperança em acabar com a guerra entre Atenas e Esparta) (2010 p. 11).

De forma que através de um uso cômico exagerado o comediógrafo mostra que, aplicado em excesso (ou de forma muito explícita), a estratégia que poderia ser indicação de uma previsão divina acaba

tendo o efeito reverso. Ao invés de legitimar a coerência interna de uma narrativa o conteúdo descritivo de uma etimologia acaba expondo ao riso sua própria impertinência.

E ainda, a título de suposição que merece uma investigação particular, parece possível propor uma explicação para o fato de Platão, ao introduzir em seus diálogos personagens fictícias que não são baseadas em indivíduos reais, utilize paráfrases ou predicados descritivos explícitos como o ‘cidadão ateniense’ para alguém que incorpora os costumes políticos de Atenas ou o ‘estrangeiro de Eléia’ para alguém versado nos ensinamentos de seu conterrâneo Parmênides. Estas personagens não teriam como referentes nenhum indivíduo em particular, mas antes incorporariam uma série de características universais cuja extensão os referiria a um grupo. Por isso, ao invés de criar nomes que expressariam estas características ou propriedades, o filósofo prefere referir a eles através destes predicados descritivos que tornam explícitos, sem o uso de subterfúgios, as propriedades que eles comportam.

Uma passagem da *Poética* de Aristóteles ajuda a pensar a variação entre particular e universal relacionada ao estabelecimento de um nome:

Um universal comporta um tipo de discurso ou de ação que pertence, por necessidade ou probabilidade, a um determinado tipo de personagem. [...] Um particular é o que Alcibíades fez ou experienciou. Isto se torna claro no caso da comédia na qual é só após uma trama com eventos prováveis ter sido construída que se colocam nomes ordinários nas personagens. [...] Na tragédia, por outro lado, os poetas mantêm os nomes reais (1451 b 11-12).

Como se viu, o fato de manter nomes reais não impede os poetas de utilizarem esta restrição a seu favor para gerarem uma coerência interna persuasiva. Uma das possibilidades é extrair de um nome um predicativo que descreva uma propriedade importante de seu referente. Contudo, em algumas situações, por exemplo, devido ao uso excessivo deste artifício, sua legitimidade pode ser abalada, gerando uma situação em que é melhor abandoná-lo, sem ter que abrir mão da potência que a semelhança tem na construção de um discurso coerente. Platão, por sua vez, talvez numa tentativa de colocar-se fora destas questões que podem ser consideradas principalmente retóricas, tenha visto como uma solução a estratégia de utilizar como nomes os predicados descritivos que seriam a forma mais explícita de indicar que se refere a algum tipo de personagem que traz características gerais. Esta solução, inclusive, talvez possa ter sido inspirada também na tragédia que, no caso de personagens secundários, se refere a eles apenas através de sua função, como o caso do “mensageiro” ou do “vigia”.

Referências

- ARISTOPHANE. *Aristophane*. Édition de V. Coulon. Paris: Les Belles Lettres, 1948.
- ARISTOTLE. *The Works of Aristotle*. Edition by W. D. Ross. Oxford: Clarendon, 1910.
- APOLLODORUS. *The Library*. Edition by J. G. Frazer. Cambridge, Mass.: Harvard University, 1921.
- BLAISE, F.; COMBE, P. J.; ROUSSEAU, P. *Le métier du mythe*. Lille: Septentrion, 1997.
- BRONKHORST, J. Etymology and Magic: Yska's Nirukta, Plato's *Cratylus*, and the Riddle of Semantic Etymologies. *Numen*, Juiz de Fora, v. 48, n. 2, p. 147-203, 2001.
- DODDS, E. R. *The Greeks and the Irrational*. Berkeley: University of California, 1973.

GÓRGIAS. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Ed. H. Diels und W. Kranz. Berlin: Weidmann, 1960-1961. v. 1.

HOGAN, J. C. *A Commentary on the Complete Greek Tragedies – Aeschylus*. Chicago: Chicago University, 1985.

KANAVOU, N. *Aristophanes' Comedy of Names: a Study of Speaking Names in Aristophanes*. Berlin: De Gruyter, 2010.

PLATO. *The Works of Plato*. Edition by B. Jowett and I. Edman. New York: The Modern Library, 1930.

PELHAM, B. W.; MIRENBERG, M. C.; JONES, J. T. Why Susie Sells Seashells by the Seashore: Implicit Egotism and Major Life Decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 82, n. 4, p. 469–487, 2002.

ROBINSON, R. A Criticism of Plato's *Cratylus*. *The Philosophical Review*, v. 65, n. 3, p. 324-341, 1956.

Recebido em 14 de novembro de 2011

Aprovado em 5 de fevereiro de 2012